

# **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE UMA EMPRESA DO SETOR SUCROALCOOLEIRO, NA REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO, NA DÉCADA DE 2000**

**Pablo Guilherme Marcelino Pereira**

Mestrando em Ciências Sociais/UFU e membro do Grupo de Pesquisa Trabalho Educação e Sociedade (GPTES/NUPECS/UFU).  
[pablogmps@yahoo.com.br](mailto:pablogmps@yahoo.com.br)

**Fabiane Santana Previtalli**

Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho Educação e Sociedade (GPTES/NUPECS/UFU).  
[fabianesp@netsite.com.br](mailto:fabianesp@netsite.com.br)

**Resumo:** Este artigo objetiva discutir o mundo do trabalho assalariado rural no contexto da reestruturação produtiva do capital. As mudanças introduzidas no campo, particularmente a formação dos complexos agroindustriais, têm atingido um conjunto amplo de trabalhadores que vêm experimentando mudanças tanto de ordem tecnológica quanto nas relações sócio-culturais de trabalho. Os motivos envolvem a crescente mecanização de fases do processo produtivo, a adoção de insumos biotecnológicos, as novas relações interfirmas, bem como a necessidade de reestruturação do setor, visando à conquista de mercados no Brasil e no exterior. Inicialmente caracterizamos o mundo do trabalho contemporâneo e seus desdobramentos de ordem organizacional, tecnológica e subjetiva. Em um segundo momento, apresentamos a problemática da questão agrária no Brasil, a permanência de particularidades na sua formação econômica. E o processo de modernização do campo, que pelas políticas de subsídios dos diferentes governos revela a importância que o setor sucroalcooleiro tem assumido enquanto tendência nas últimas décadas. Em seguida, discutimos resultados parciais de um estudo de caso que vem sendo realizado em uma empresa sediada na cidade de Canápolis – MG que compõe a cadeia produtiva do setor sucro-acooleiro na Região do Triângulo Mineiro, com ênfase à discussão dos impactos da reestruturação da empresa sobre os trabalhadores rurais assalariados. Temos como pressuposto que apesar da mecanização e da qualificação de trabalhadores do setor, o trabalho braçal continua sendo utilizado em larga escala e em precárias condições de trabalho.

## **INTRODUÇÃO:**

### **1) REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O MUNDO DO TRABALHO:**

Durante as últimas décadas as economias capitalistas desenvolvidas e em desenvolvimento vêm sofrendo profundas transformações, que estão associadas, por um lado, a um processo de reestruturação das formas de organização do capital a nível internacional, sob a influência da ordem político-econômica neoliberal. Por outro lado, estão associadas a uma nova onda de difusão de inovações tecnológicas e/ou organizacionais ao longo das mais diversas cadeias produtivas, envolvendo transnacionalização das empresas e integração dos mercados, imprimindo um novo padrão nas relações interfirmas e uma nova dinâmica na concorrência intercapitalista (PREVITALLI, 2008).

No centro dessas transformações verifica-se um intenso processo de reorganização do trabalho e de elevação da produtividade, afetando o volume e a estrutura do emprego, o perfil, a hierarquização das qualificações e os padrões de gestão da força de trabalho. Este conjunto de inovações aponta para a constituição de um novo paradigma de organização industrial qualitativamente distinto do modelo de eficiência taylorista-fordista que se forma e difunde a partir da Segunda Revolução Industrial. Ainda que esta superação se dê de forma dialética (superar conservando) características, tais como, a parcialização e repetitividade do trabalho. O que há, portanto, é a ampliação do ciclo do trabalho e não sua requalificação (ALVES, 2000).

Para a gestão da força de trabalho as inovações técnicas/organizacionais implicam na mudança de um modelo baseado no uso extensivo de força de trabalho semi-qualificada para outro baseado no uso intensivo de força de trabalho qualificada, polivalente e cooperativa. Observa-se, portanto, uma tendência à regressão de estruturas de controle repressivas, típicas do taylorismo-fordismo e, por outro lado, a introdução de novos métodos, especialmente aqueles associados ao toyotismo, em que predominam a polivalência e a gestão participativa, o que possibilita a reversão à extrema separação entre concepção e execução do trabalho (GITAHY et al, 1997; ABREU et al, 1998). No entanto, é necessário que a empresa desenvolva uma nova política de gestão capaz de envolver e comprometer o trabalhador e induzi-lo a assumir uma nova postura no processo de trabalho (BRESCIANI, 2001). É a maturação do que havia de embrionário no taylorismo-fordismo que buscava com a destruição do sindicalismo de base territorial, altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima, mas que ainda configurava-

se como racionalidade inconclusa e que o toyotismo desenvolve por mecanismos de comprometimento na dimensão subjetiva (ALVES, 2000).

Nos níveis superiores da cadeia, envolvendo a empresa-mãe (contratante) e fornecedores de primeira linha pode-se observar a exigência por um trabalhador com maiores níveis de escolaridade formal, maiores investimentos em treinamento e maior estabilidade de um grupo central de trabalhadores altamente qualificados e flexíveis, dado o maior grau de integração e difusão tecnológica entre as partes envolvidas (PREVITALLI, 1996, 2006a e b e 2008; GITAHY et al, 1997; GITAHY & BRESCIANI, 1998). Caminhando-se em direção aos níveis inferiores da cadeia produtiva, onde está grande parte das pequenas empresas fornecedoras, pode-se observar que os investimentos em qualificação e treinamento dos trabalhadores tornam-se mais escassos, havendo ainda maior precarização das condições de emprego, prevalecendo menores salários, piores condições de trabalho, maior instabilidade contratual e maiores índices de rotatividade (PREVITALLI, 1996 e 2008; ABREU et al, 1998; RAMALHO, 1998). Deve-se destacar ainda a prática da contratação de trabalhadores terceirizados, caracterizando a subcontratação interna, e em regimes de contratação por tempo determinado o que possibilita a empresa uma significativa flexibilidade quanto aos picos ou queda na produção (ABREU et al, 1998; RAMALHO, 1998. VASAPOLLO, 2005).

Este mesmo processo de modernização e reestruturação manifesta-se no setor agrário brasileiro. As inovações tecnológicas na agricultura e na indústria impactaram no processo produtivo, nas condições de trabalho e no número de empregados no setor. Verifica-se que há uma concomitância entre modernização da agricultura e redução dos postos de trabalho, embora a produção de cana-de-açúcar venha crescendo na última década por conta do crescente interesse em biocombustíveis (VIAN e GONÇALVES. 2007). Para entendermos os nexos e as possíveis relações existentes desta realidade faz-se necessário revisitarmos brevemente a história procurando entender as continuidades e descontinuidades da questão agrária no Brasil.

## **2) CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

Desde os primórdios da colonização a forma de distribuição e acesso a terra foi desigual. Primeiro, as capitânicas hereditárias e seus donatários, depois as sesmarias dando origem ao latifúndio no Brasil (SILVA, 2002). A estrutura fundiária do país nasce assim sob os pilares da grande propriedade rural, que numa economia agrícola, a posse concentrada da terra significa posse concentrada de renda e de poder (FURTADO, 1973 apud GOMES, 2002). Expressão jurídica dessa concentração de poder foi a Lei n. 601, a

Primeira Lei de Terras, promulgada em 1850. Esta lei assegurava um acesso restrito à posse da terra e garantia como consequência, a permanência dos escravos libertos e dos pobres como trabalhadores das fazendas. Determinava que somente mediante pagamento em dinheiro é que seria legalizada a propriedade privada da terra. Dessa forma os escravos e os libertos permaneceram despossuídos de seu principal meio de trabalho. No Brasil, a consolidação do latifúndio enquanto base da produção agrícola do país teve como incentivo a constituição da base legal da propriedade da terra (GOMES, 2002; SILVA, 1994). Que, dentre outras formas empregadas, buscou garantir a manutenção da função colonial:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da evolução e formação histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fosse o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. (...). E prolongar-se-á até nossos dias, em que apenas começamos a livrar-nos deste longo passado colonial (PRADO, 1994, pp. 22 e 23).

Dessa forma, o estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional. O liberalismo assume duas funções típicas. De um lado preencheu a função de dar forma e conteúdo às manifestações igualitárias diretamente emanadas da reação contra o “esbulho colonial”. De outro lado, desempenhou a função de redefinir, de modo aceitável para a dignidade das elites nativas ou da Nação as relações de dependência que continuariam a vigorar na vinculação do Brasil com o mercado externo e as grandes potências da época (FERNANDES, 1987). É neste sentido que:

Autores como Stédile (1999) afirmam ter-se instituído mesmo uma parceria entre as oligarquias rurais e a elite industrial de forma a aparecer, além da oligarquia rural agroexportadora de origem colonial, uma espécie de burguesia agrária, que mescla seus interesses entre a agricultura, o comércio, as finanças e a indústria (GOMES, 2002, p. 9)

Portanto, estamos diante de uma evolução histórica em que o “setor velho” da economia não se transformou nem se destruiu para gerar o “setor novo”. Por paradoxal que isso seja, constituía um simples meio para manter o equilíbrio de uma economia colonial, sob condições de transferência dos controles jurídicos-políticos da vida econômica interna

de fora para dentro. E só conferiu autonomia econômica real aos estamentos senhoriais em um ponto: onde e na medida em que as posições de poder político, que conquistaram, representassem uma condição para a preservação do equilíbrio do sistema econômico existente e, portanto, para a continuidade do suprimento do mercado externo.

O senhor agrário brasileiro acabou sendo vítima da situação heteronômica da economia que ele geria e explorava. Mesmo quando a derrocada parecia iminente, ele ainda negligenciava o ponto nevrálgico e se furtava a atacar a organização vigente das relações de produção: “*O senhor de escravo, por sua vontade e por suas mãos, escravizava-se ao escravo e à ordem social que se fundara na escravidão, condenando-se a desaparecer quando esta fosse extinta*”. (FERNANDES, 1987; p. 107).

Para Florestan Fernandes o papel desempenhado pelo imigrante seria o de “*tipo humano que encarnaria de modo mais completo a concretização interna da mentalidade capitalista*” (FERNANDES, 1987; p. 139). A mentalidade capitalista cresceu internamente, através das atividades econômicas sucessivas desempenhadas pelos imigrantes<sup>1</sup>. A instauração e universalização de um novo regime econômico demandavam uma racionalidade adaptativa, cálculo racional do agente econômico<sup>2</sup>. Tal cálculo respondia à lógica da aventura, cupidez e audácia. Assim, como ocorrera com o senhor agrário colonial e da primeira época da era nacional, o imigrante agia no âmbito de seus interesses. Não projetava planos mais amplos que implicaria outras racionalidades econômicas e ou ideais coletivos de auto-suficiência econômica ou de independência nacional. Segundo Florestan Fernandes (1987), reside aqui o “*calcanhar-de-aquiles*” do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A seguir, cumpre discutirmos, em que medida o processo de modernização do campo brasileiro é devedor desse passado colonial.

### **3) A QUESTÃO AGRÁRIA E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO**

As primeiras medidas em busca de modernizar a economia brasileira podem ser observadas de forma mais sistemática a partir do modelo de industrialização dependente adotado em 1930, dirigido por Getúlio Vargas e pela burguesia industrial, cuja principal característica é a subordinação da agricultura à indústria. Em estudo recente de Carlos

---

<sup>1</sup> Nutriam duas expectativas que os impeliavam para o setor monetário da economia: 1) Formar uma espécie de espólio, que constituiria a fortuna ou a riqueza pela qual seria premiados e recompensados pela audácia, a persistência e o talento. 2) Retorno a comunidade de origem com probabilidade de ascensão social expressava o ponto culminante do êxito alcançado. Soma-se a isso as adversidades que encontravam: não possuíam acumulação estamental de capital (processo rígido e muito fechado) não dispunha de *status* senhorial ou condições para atingi-lo. Por isso mesmo rompia com a tradição senhorial: “*o trabalho próprio e não o trabalho alheio, sob a forma de apropriação do trabalho escravo, seria a fonte de sua subsistência e sua eventual riqueza e prosperidade*” (FERNANDES, 1987; p. 130)

<sup>2</sup> “O agente econômico tinha de estender a margem de lucro para extrair de um reduzido número de operações resultados realmente compensadores e estimulantes” (FERNANDES, 1987; p. 138).

Eduardo Freitas Vian e Daniel Bertoli Gonçalves sobre o setor, dois são os fatores que desencadeiam as mudanças atuais:

(...) em primeiro lugar, desde a década de 1950 vem ocorrendo o processo de modernização da agricultura e da agroindústria, com a mecanização da agricultura e a automação industrial. Mais recentemente, surgiu uma crescente preocupação com o cumprimento da legislação trabalhista e ambiental, sendo que isto se deve em parte a maior inserção do setor no mercado internacional, que está cada vez mais exigente quanto à qualidade do produto e com o cumprimento de regras trabalhistas e ambientais (VIAN e GONÇALVES. 2007 p. 80).

Atualmente, novas formas de organização do trabalho têm atingido um conjunto amplo de trabalhadores que tem experimentado mudanças tanto de ordem tecnológica quanto nas relações sócio-culturais de trabalho. As mudanças em curso têm sido significativas nos chamados complexos agroindustriais<sup>3</sup>, particularmente a partir da segunda metade da década de 1980. Os motivos envolvem a crescente mecanização de fases do processo produtivo, a adoção de insumos biotecnológicos que garantem maior produtividade, as novas relações interfirmas que visam integrar unidades produtivas e produtores rurais<sup>4</sup>, bem como a necessidade de reestruturação do setor, visando à conquista de mercados no Brasil e no exterior. Segundo SCOPINHO (1995):

No Brasil, um dos ramos agroindustriais mais antigos é o canavieiro. A partir da década de 40, esta atividade econômica tornou-se cada vez mais expressiva no Centro-Sul. Desde então, as agroindústrias canavieiras classificaram-se entre as mais produtivas e eficientes do País, posição alcançada sempre aos programas de incentivos e aos subsídios governamentais que direta ou indiretamente impulsionaram o crescimento do setor. (SCOPINHO e VALARELLI. 1995, p. 14).

É indiscutível a importância econômica desse setor especialmente a partir de meados da década de 1970 quando foi implantado o Programa Nacional do Alcool (Proálcool). Em meados da década de 1980, com o início da desregulamentação da economia sucroalcooleira, as empresas implementaram um processo de reestruturação produtiva em decorrência das mudanças no cenário político e econômico nacional e internacional. A partir de então, a reestruturação do setor passou a ser orientada, principalmente, pelas demandas do mercado externo e comandada pela introdução de novas tecnologias de produção e de organização inspirados no chamado modelo japonês da qualidade total (TRUZZI, 1989; PREVITALLI, 2006 e 2008).

As inovações mecânicas introduzidas na lavoura canavieira tiveram quatro tipos de repercussões: a primeira foi a redução do tempo de realização de determinadas tarefas; a

---

<sup>3</sup> Os complexos agroindustriais resultam da convergência de interesses entre instituições públicas e privadas em um determinado nível ou âmbito organizacional. Consultar Graziano da Silva (1998).

<sup>4</sup> Para maiores detalhes sobre as novas relações interfirmas no setor fumageiro, consultar Previtali e Faria (2008). O trabalho é resultado de um projeto de pesquisa no setor fumageiro coordenado por Fabiane Santana Previtali.

segunda foi a menor demanda por mão de obra empregada para a realização dessas tarefas; a terceira foi a queda da necessidade de empregados residentes na propriedade e a quarta foi a introdução de uma mudança qualitativa na procura por trabalhadores, ao utilizar pessoas com maior grau de especialização (tratoristas, motoristas e operadores de máquinas agrícolas) em conjunto com as sem especialização). Isso fez com que reduzisse significativamente a demanda por mão de obra. Estima-se atualmente que uma destas máquinas substitua cerca de 100 pessoas no campo (VIAN e GONÇALVES, 2007). A FIGURA 1 ilustra a incorporação do progresso técnico nas fases do cultivo da cana-de-açúcar:

**FIGURA 1 – FASES DO CULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR E INCORPORAÇÃO DE PROGRESSO TÉCNICO**



Fonte: (VIAN e GONÇALVES, 2007)

Com isso as empresas conseguiram maior poder de negociação com os grevistas do que possuíam antes, visto que não há mais risco de prejuízos elevados com a parada da usina e com a perda de sacarose da cana que estava queimada ou cortada. Se por um lado a mecanização da colheita retira os trabalhadores de um serviço penoso e estafante, por outro está desempregando de forma permanente um grande contingente de pessoas com baixa qualificação. O que acentuou o caráter sazonal da atividade agrícola, aumentando a necessidade de trabalho temporário e reduzindo o número de contratos permanentes. Este processo, contudo, não se deu de forma homogênea mantendo enorme heterogeneidade entre as regiões produtoras do complexo, como demonstra a TABELA 1, a seguir:

**TABELA 1**  
**RENDIMENTO DA LAVOURA CANAVIEIRA NO BRASIL E REGIÕES SELECIONADAS – T/HECTARE**

REGIÃO	1960/61	1970/71	1980/81	1985/86	1989/90	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	Var. %
BRASIL	42,48	46,23	57,18	57,06	56,45	66,49	69,12	68,18	69,25	63%

NO/NE	40,95	42,47	46,72	44,71	43,19	48,69	51,60	48,87	50,47	23%
C/SUL	43,40	48,46	64,11	63,00	60,93	73,46	76,5	74,20	74,63	72%
S.PAULO	53,94	58,3	73,03	73,57	72,03	77,45	78,3	77,89	78,85	46%

Fonte: (VIAN e GONÇALVES, 2007)

O Nordeste cresceu a taxas muito inferiores às do Centro-Sul do Brasil e é naquela região que se encontram também os piores salários e condições de trabalho. O que se verifica é uma diferença regional na demanda por força de trabalho no Centro-Sul e no Nordeste. Enquanto no primeiro a demanda por trabalhadores mais qualificados cresceu, na segunda a demanda ainda é por trabalhadores menos qualificados e que recebem salários menores (VIAN e GONÇALVES, 2007).

Mesmo nos locais em que este processo se deu de forma mais “exitosa” na “*região de Ribeirão Preto (que) é mais conhecida como a Califórnia Brasileira*” (SCOPINHO, 1995, p.45) em que se verificou a diversificação de economia, a expansão agroindustrial, o aumento da população e o conseqüente crescimento do terceiro setor:

(...) a diversificação das atividades econômicas, que potencializa as oportunidades de emprego, não redundou em níveis salariais elevados e condições de vida invejáveis. A carestia e seus efeitos deteriorantes da qualidade de vida são os maiores problemas enfrentados pela população. Na Califórnia Brasileira, o custo de vida situa-se entre os mais elevados, dos registrados do País, e 46% da população classificou-o como sendo ruim ou péssimo (Folha de São Paulo, 1993). Com certeza, a Região não é uma ilha paradisíaca num País que é um mar de miséria e contradições sociais (SCOPINHO e VALARELLI. 1995 p. 14).

Portanto, a região do Triângulo Mineiro não foge à regra e constitui objeto de estudo deste trabalho que apresenta reflexões e pressupostos norteadores de nossas análises e pesquisas preliminares.

#### **4) A REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E A EXPANSÃO DOS NOVOS NEGÓCIOS AGRÍCOLAS:**

Tradicionalmente a região do Triângulo Mineiro tem uma significativa participação na economia nacional relacionada à produção agrícola. A expansão do setor sucroalcooleiro vem ocorrendo, em grande medida, em função de incentivos governamentais à produção do biodiesel como insumo alternativo ao petróleo. Vale destacar que o Brasil possui significativa competência tecnológica para a produção do etanol a partir de cana-de-açúcar<sup>5</sup>. A região do Triângulo Mineiro está sendo apontada como uma área extremamente propícia para o cultivo, dada a qualidade de suas terras, sua localização estratégica e oferta de força de trabalho, atraindo o capital nacional e estrangeiro ligado à

<sup>5</sup> Anais do Congresso Brasileiro de Agrobioenergia e Simpósio Internacional de Biocombustíveis. 28 de setembro a 03 de outubro de 2008. ICIAG/UFU.

agroindústria. Observa-se um processo de realocação geográfica de empresas localizadas em outras regiões do país, particularmente do interior estado de São Paulo, para a região do Triângulo Mineiro, assim como a implantação de novas unidades produtivas com significativo nível de automação e mecanização as quais estabelecem estreita cooperação com as empresas localizadas no interior de São Paulo (PREVITALLI et al, 2009).

Percebemos dessa forma que o processo de desenvolvimento da industrialização no estado de Minas Gerais deve ser compreendido dentro de transformações que ocorriam na economia nacional articuladas a conjuntura internacional. A dependência do processo de acumulação capitalista no campo e no estado não foge a regra de um processo geral de modernização dependente que ocorreu no Brasil. O que mudou foram os destinos da produção agrícola, impactada pela crise externa de superprodução, que passou a suprir as necessidades da crescente massa urbana. Desta forma, o relacionamento da burguesia industrial e agrária se deu mediante o papel equilibrista exercido pelo Estado, que garantindo o apaziguamento da luta de classes, não foi contestado por nenhum dos projetos de acumulação dos respectivos setores (PREVITALLI et al, 2009)

#### **5) O ESTUDO DE CASO DA USINA TRIÁLCOOL: RESULTADOS PRELIMINARES**

A usina Triálcool está localizada no município de Canápolis, a 100 quilômetros de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, região que apresenta solo de excelente qualidade e apropriado para o cultivo de cana-de-açúcar. A unidade possui um eficiente sistema de logística para distribuição da produção de álcool e açúcar ao Centro-Sul do país e ao estado de Minas Gerais. Só de açúcar, são escoados, através do terminal multimodal de Uberlândia, mais de 2,0 milhões de sacas e de álcool 90 milhões de litros. Nessa unidade, o destaque fica por conta da utilização de tecnologia de ponta no aproveitamento da cana e sua transformação em álcool e açúcar, garantindo que o índice de produtividade na Triálcool seja bem acima da média da região - cerca de 90 toneladas de cana por hectare. A eficiência do setor produtivo e de seu sistema de distribuição garante a Triálcool uma forte presença nos mercados em que atua. Alcançam mercados na Europa, Ásia, África, América do Norte, América do Sul e América Central. A destinação do álcool é tanto para consumo próprio e o restante é vendido para o exterior. O açúcar e a energia servem para consumo próprio e o excedente exporta para empresas que revendem para CEMIG. Também comercializam outros subprodutos do beneficiamento da cana, como o bagaço, que é utilizado para compostagem na própria lavoura e o excedente é vendido.

Em visita realizada em julho de 2009 a empresa possuía 400 trabalhadores nesta unidade produtiva, destes 296 são trabalhadores da usina e 104 compõem o corpo administrativo e serviços gerais, mais 2.298 trabalhadores (110 sexo feminino e 2.188 sexo masculino) envolvidos em atividades desempenhadas no campo, sendo que destes 1.400 recebem por produtividade e 898 são mensalistas.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, A. R. et al. *Projeto II Reestruturação Produtiva e Qualificação. Subprojeto IV Reestruturação produtiva, trabalho e educação: os efeitos sociais da terceirização Industrial em três regiões do país*. Relatório Final. CEDES/FINEP/CNPq-PCDT. 1998.
- ALVES, G. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo. 2000.
- BRESCIANI, L. P. *O Contrato da Mudança: a inovação e os papéis dos trabalhadores na indústria brasileira de caminhões*. Tese de Doutorado. Campinas: IG/UNICAMP. 2001.
- GITAHY, L et al. *Relações Interfirmas e Gestão de Recursos Humanos na Cadeia Produtiva de Autopeças*. Relatório de Pesquisa: Projeto “Reestruturação Produtiva, Trabalho e Educação. Campinas. FINEP/CEDES/CNPq. 1997.
- GITAHY, L & BRESCIANI, L. P “Reestruturação Produtiva e Trabalho na Indústria Automobilística Brasileira. *Texto para Discussão N. 24*. Campinas: DPCT/IG/UNICAMP. Campinas. 1998.
- GOMES, R. M. *Terra, exclusão e resistência: Uma reflexão sobre a realidade agrária brasileira*. Dissertação de conclusão de curso de graduação. Uberlândia: FAFICS/UFU. 2002.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- PREVITALLI, F. S. *As Relações de Subcontratação no Setor de Autopeças: um estudo de caso*. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP. 1996.
- PREVITALLI, F. Dinámica del progreso técnico y relaciones de clase en el capitalismo: el caso de una empresa de montaje em el Brasil de los años noventas. IN: *Estudios Latinoamericanos*. Nueva Época, núm. 21, enero-junio, 2008. pág. 61-84.
- PREVITALLI, F. S. “O Caso Mercedes-Benz: ABC e Campinas”, IN: ANTUNES, R. (Org). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo. 2006a.
- PREVITALLI, F. S. ; FAGIANI, C. C. ; Lucena, C. ; França, R. L. . *Reestruturação Produtiva, Trabalho e Educação: O Caso da Agroindústria Sucroalcooleira na Região do Triângulo Mineiro/MG, Brasil a partir da década de 1990*. In: XXVII Congresso ALAS, 2009, Buenos Aires. XXVII Congresso ALAS, 2009.
- RAMALHO, J. R. “Precarização do Trabalho e Impasses da Organização Coletiva no Brasil”, IN: ANTUNES, R. (Org.). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo. 1998.
- SCOPINHO, R. A. e VALARELLI, L. “*Modernização e Impactos Sociais*”. Rio de Janeiro: FASE. 1995.
- SILVA, C. M. “*Assentamento Rio das Pedras: O desafio para permanecer na terra de trabalho*”. Dissertação de conclusão de curso de graduação. Uberlândia: IG/UFU. 2002.
- SILVA, L. M. O. “*A Apropriação Territorial Na Primeira República*”. IN: História e Perspectivas. Vol. 1. N. 10. Uberlândia: EDUFU, 1994.
- TRUZZI, O. M. S. “Automação e Trabalho na Indústria Sucro-alcoólica”. IN: *Cadernos da Engenharia de Produção*. Ano V. N. 14. 1989. p: 262 – 286.
- VASAPOLLO, L. *O Trabalho Atípico e a Precariedade*. São Paulo: Expressão Popular. 2005.
- VIAN, C. E. F. e GONÇALVES, D. B. “Modernização empresarial e tecnológica e seus impactos na organização do trabalho e nas questões ambientais na agroindústria canavieira”. IN: *Economia Ensaio*. Vol. 22. N. 1. Uberlândia: EDUFU, 2007.

